

# A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica

Angélica Alves Magnago\*

## Introdução

*O símbolo da geografia unitária - aquela que não separa o físico do social, o natural do humano, o ecológico do cultural - é a região. Ora, o conceito de região foi vendido como sendo um edifício estável. Só que não é.*

(Entrevista concedida por Milton Santos à revista *Veja*, em 16/11/1994).

A divisão do espaço geográfico brasileiro em regiões é uma tarefa de caráter científico ditada tanto por interesses acadêmicos, quanto por necessidades do planejamento e da gestão do território.

Como atividade científica acadêmica, a divisão regional é um exercício de discussão e elaboração de conceitos, teorias e métodos que levem a um determinado modelo. Esse deve ter como objetivo a ampliação do conhecimento científico sobre o Território Nacional.

A divisão regional, entretanto, é também uma tarefa executada para subsidiar o planejamento, especialmente ao que se refere à definição de uma base territorial institucionalizada para levantamento e divulgação de dados estatísticos. Essa característica leva a que os planejadores busquem um modelo de divisão regional onde as unidades identificadas tenham coerência interna e um certo grau de permanência de seus elementos/atributos constitutivos. Só que o conceito de região, conforme afirma Santos, não é um “edifício estável”.

No caso brasileiro, as primeiras tentativas de criação de modelos de recortes regionais datam do início do Século XX. Desde esse período, realizaram-se muitos estudos de cunho regional, tendo sido elaboradas várias propostas de identificação de regiões, em diferentes escalas espaciais.

Considerando-se que o conceito de região não é um edifício es-

tável e que o território brasileiro vem passando por processos muito intensos de transformação, que precisam ser identificados em suas particularidades, parece oportuna uma revisão dos conceitos e do modelo de divisão até agora propostos para o País.

Portanto, é objetivo desse trabalho analisar os diferentes recortes regionais elaborados para o espaço brasileiro, em diferentes épocas, procurando situá-los em relação à evolução do pensamento geográfico no País, bem como em relação às transformações da sociedade em sua dimensão espaço-temporal.

## O marco inicial da divisão regional brasileira

A definição do conceito de região, assim como a formulação de uma metodologia capaz de identificar, delimitar, descrever e in-

\* Geógrafa do Departamento de Geografia – DEGEO – da Diretoria de Geociências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – DGC/IBGE  
R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 67-94, 1995

terpretar sua forma e conteúdo, é preocupação presente na pesquisa geográfica, desde o Século XIX<sup>1</sup>

Nos estudos geográficos produzidos no Brasil, a questão regional começa a ganhar consistência teórica a partir do início do Século XX, com a obra de **Delgado de Carvalho**, onde é introduzido o conceito de **região natural**. A obra desse autor, no que concerne à questão regional, pode, assim, ser apontada como um marco inicial, não apenas na tentativa de conceituação, mas na prática de divisão regional.

Delgado de Carvalho, com forte influência da Escola Possibilista francesa, reconhecia a ação do homem sobre a natureza. Entretanto, em sua proposta de divisão regional, elaborada em 1913, com fins didáticos, enfatizava a correlação de elementos do meio físico, privilegiando, assim, a visão da Escola Determinista Ambiental na compreensão do espaço geográfico.

Esse autor apoiava-se na premissa de que uma divisão regional deveria ter caráter duradouro, o que não poderia ser obtido através da análise de "fatores humanos", muito dinâmicos e mutáveis. Dessa forma, a divisão proposta por Delgado de Carvalho baseava-se apenas em elementos do meio físico, especialmente o relevo, o clima e a vegetação, definindo cinco grandes unidades naturais, a saber: 1-Brasil Setentrional ou Amazônico (Acre, Amazonas e Pará); 2-Brasil Norte-Oriental (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), 3-Brasil Oriental (Sergipe, Bahia, Espírito

Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais; 4-Brasil Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); e 5-Brasil Central (Goiás e Mato Grosso) (Mapa 1).

Esse quadro regional, embora elaborado visando ao ensino de geografia, teve grande influência nos estudos e pesquisas elaborados até os anos 30, quando novos conceitos foram, então, introduzidos na análise regional

## O primeiro modelo

### Os anos 30 e as tentativas de divisão territorial e regional

As transformações na organização do espaço brasileiro, após a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo, deram ensejo a uma ampla discussão, nos meios militares e acadêmicos, sobre a questão de divisão territorial e divisão regional

No que se refere à territorialidade, já no ano de 1933, o major João Segadas Vianna<sup>2</sup> chamava a atenção do poder público para a necessidade de rever a forma de organização territorial do País, demonstrando grande preocupação com a formação de blocos políticos de resistência em algumas Unidades da Federação, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo esse militar, seria fundamental dividir Unidades da Federação para melhor administrá-las, pois os estados mais populosos e de maior área vinham dominando a

economia e a política nacionais, podendo vir a se tornarem estados independentes, como foi o caso da tentativa de São Paulo. Ao sentimento de **regionalismo**, Vianna antepunha o de **nacionalismo**, revelando o lado ideológico de sua proposta

O resultado final de sua divisão territorial seria a fragmentação do espaço nacional em 67 unidades administrativas, identificadas a partir de apenas um critério: a população residente.

Além de Vianna, também se destacaram, nesse período, as propostas de divisão territorial dos políticos Teixeira de Freitas e Everardo Backheuser

A discussão sobre a organização do espaço brasileiro, diante do esforço do governo em modernizar e integrar o País,<sup>3</sup> levantou, também, as questões do planejamento e da administração, deixando clara a necessidade de um maior e mais aprofundado conhecimento sobre o Território Nacional. É dentro desse espírito de "redescobrimto" do País que foram criados o **O Conselho Nacional de Estatística** (1936) e o **Conselho Nacional de Geografia** (1937), ligados, efetivamente, em 1938, para a formação do **IBGE**<sup>4</sup>.

Já como resultado da ação desse órgão, é elaborado o Decreto-Lei nº 311, considerado uma **Lei Geográfica**, que dispunha sobre a divisão territorial do País. Através desse decreto, definia-se, então, a base territorial para a organização do poder do Estado Novo.

Concomitantemente ao debate sobre a divisão territorial, desenvol-

<sup>1</sup> Ver a respeito da evolução do conceito da região em: CORRÊA, Roberto Lobato *Região e organização espacial* São Paulo: Ática, 1987

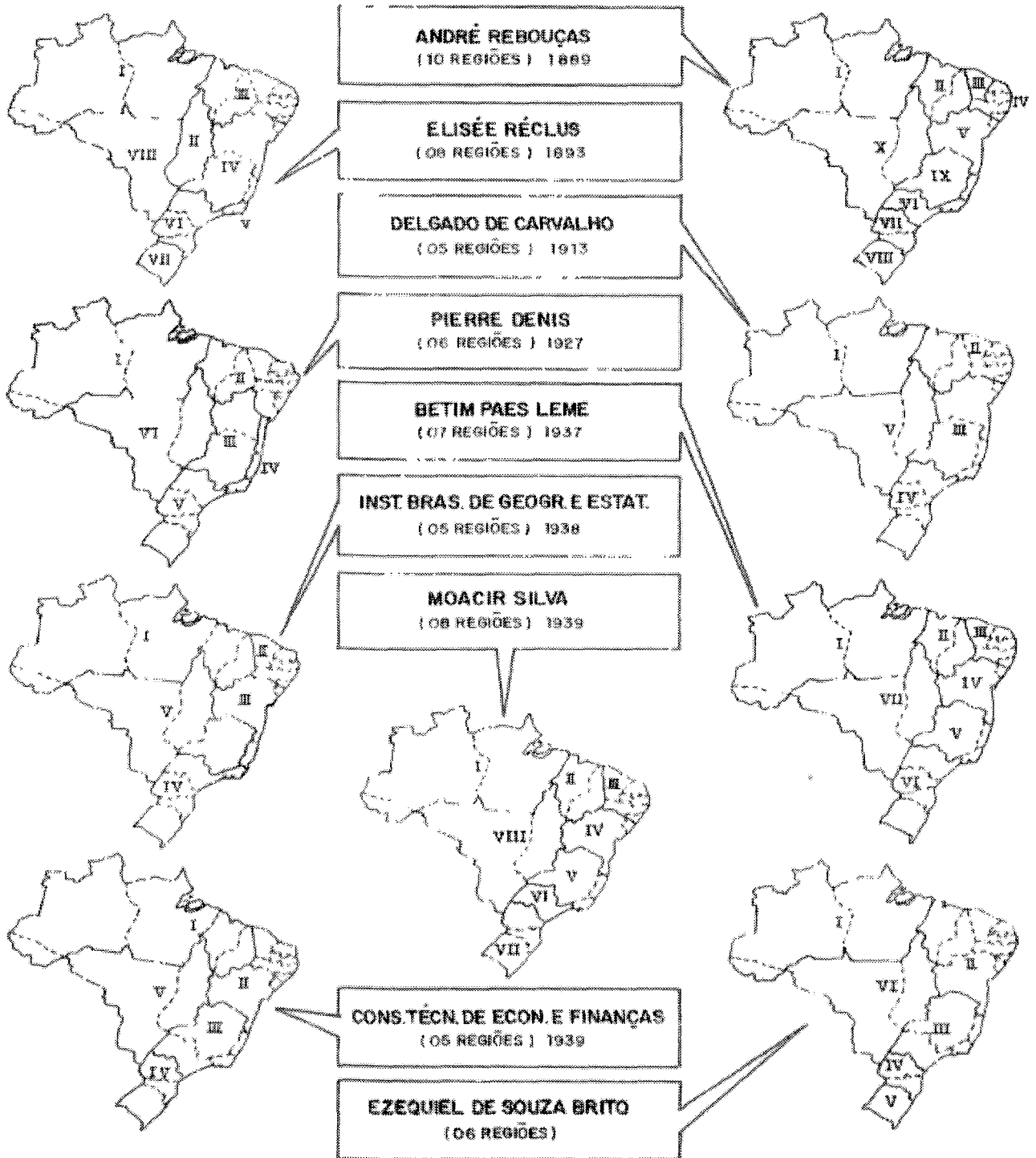
<sup>2</sup> VIANNA, João Segadas *Divisão territorial do Brasil* *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 2, n 3, p 372-406, jul 1940

<sup>3</sup> Ver a respeito em DUARTE Aluizio Capdeville *Transformação na divisão territorial do Brasil após 1940, e a produção do espaço geográfico: Relatório de pesquisa 1984* Rio de Janeiro: IBGE, 1984 82 p

<sup>4</sup> Penha Eli Alves - *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo* Rio de Janeiro: IBGE, 1993 124 p (Documentos para disseminação Memória Institucional, n 4)

Mapa 1

## REGIÕES DO BRASIL SEGUNDO VÁRIOS AUTORES



veram-se estudos, especialmente a partir do final dos anos 30, que procuravam entender as transformações do espaço brasileiro, identificando e descrevendo zonas específicas ou regiões geográficas (Mapa 1). No caso de estudos com delimitação de zonas específicas, com fins de utilização por órgãos públicos e/ou privados, pode-se destacar, entre outros: o zoneamento de Hugo Hamann, sobre a fisionomia econômica brasileira, realizado em 1939; o zoneamento do Brasil de acordo com os tipos regionais de alimentos, realizado em 1937 por Josué de Castro; e o zoneamento geoeconômico, realizado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1939

Esses zoneamentos, com objetivos específicos, não avançaram, contudo, em questões conceituais e metodológicas, capazes de levar ao conhecimento mais aprofundado sobre a organização do espaço brasileiro. Na mesma situação encontravam-se, também, os estudos sobre região que, nesse período, ainda enfatizavam aspectos vinculados ao meio físico.

Nesse contexto de controvertidas "divisões" do espaço brasileiro, segundo critérios muito diversificados, e pressionado pela necessidade de elaboração do Anuário Estatístico Brasileiro, o Conselho Nacional de Estatística adota, em 1938, a **divisão regional em uso no Ministério da Agricultura**. De acordo com esse órgão público, a divisão do Brasil em regiões se daria da seguinte forma:

- 1-Norte - Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí;
- 2-Nordeste - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- 3-Este - Sergipe, Bahia e Espírito Santo;

4-Sul - Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e

5-Centro - Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

É, entretanto, apenas no início da década de 40 que a questão da divisão regional ganha novas contribuições teóricas e metodológicas, responsáveis pela elaboração da primeira divisão oficial do Brasil em Grandes Regiões.

## A divisão oficial - 1942

No final da década de 30 e princípios da década de 40, o IBGE, através de seu órgão especializado, o Conselho Nacional de Geografia -CNG- encetou uma campanha no sentido de que fosse adotada, para **fins práticos** e, sobretudo, **estatísticos**, uma única divisão regional para o País, exceto para alguns casos muito específicos. Tal campanha encerrou-se com a Circular nº 1 de 31 de janeiro de 1942 da Secretaria da Presidência da República, determinando que fosse adotada em todos os ministérios a **divisão regional definida pelo IBGE**.

Procede, aqui, uma sucinta retrospectiva a respeito dessa primeira divisão oficial do País. O engenheiro **Fábio de Macedo Soares Guimarães**, chefe da Divisão de Geografia, unidade responsável, no CNG, pelo referido projeto, após estudos minuciosos e análise das diferentes propostas de divisão regional já apresentadas por órgãos públicos ou privados e por cientistas isolados, respaldado nos reconhecimentos já realizados pelos geógrafos do CNG ao longo do Território Nacional, preparou um parecer optando pela divisão regional realizada em 1913 por

Delgado de Carvalho. Nessa divisão, que já vinha sendo utilizada para fins didáticos, seriam introduzidas pequenas modificações na nomenclatura e algumas subdivisões.

A proposta apresentada por Fábio de Macedo Soares Guimarães, de modo semelhante à de Delgado de Carvalho, servia-se da posição geográfica para nomear as Grandes Regiões e encontrava, também, o embasamento para definir as mesmas nas condições naturais do território. Prevalencia, dentro de um quadro de inter-relações das condições físicas, principalmente do clima, da vegetação e do relevo, a noção de **fator dominante** - a chamada **nota característica da região**.<sup>5</sup>

Elogiada por não desmembrar as unidades políticas, a proposta de Fábio M. S. Guimarães, ainda de modo análogo à de Carvalho, ajustava-se às necessidades da administração pública em geral. Abre-se um parêntesis para ressaltar que ambos os autores reconheciam que tais limites não tinham existência real na natureza.

O presidente da República, de posse da proposta de divisão regional apresentada pelo IBGE, solicitou ao Conselho Técnico de Economia e Finanças um parecer sobre a mesma, que concluiu pela adoção da proposta do CNG, uma vez que "foi moldada em princípios científico-geográficos, apresentando a grande vantagem de ser mais estável" (esta estabilidade da divisão proposta devia-se ao fato de a mesma ter-se apoiado, como já foi explicitado, nos fatores naturais). É bom ressaltar que o Conselho Técnico de Economia e Finanças havia elaborado, anteriormente, uma divisão regional do Brasil em regiões geoeconômicas, em número de cinco, tendo em vista a

<sup>5</sup> Ver a respeito do conceito em: GALVÃO, Marília Veloso; Faissol, Speridião. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 31, n 4, p 179-218, out/dez 1969

necessidade de se estabelecer um plano racional de estudos para a Conferência Nacional de Economia. Assim, agruparam os estados cujos problemas econômico-administrativos dependessem de solução comum.

A primeira divisão regional oficial (Mapa 2) sofreria duas alterações, devido às modificações ocorridas na divisão territorial do País. A primeira, em 1942/1943, ocorreu com a criação de novas unidades político-administrativas - os territórios federais - que passaram a fazer parte da União Território de Fernando de Noronha (1942), incluído na Região Nordeste; Guaporé, Rio Branco e Amapá (1943), incluídos na Região Norte; Iguaçú (1943), incluído na Região Sul; e Ponta Porã (1943), incluído na Região Centro-Oeste. A segunda modificação ocorreu em 1946, com a extinção dos Territórios Federais de Iguaçú e Ponta Porã.

Assim, após essas **alterações realizadas por determinação constitucional**, em 1943 e 1946, a divisão regional assim se apresentava

· *Região Norte*: Estados do Amazonas e Pará, Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé;

*Região Nordeste*: **Ocidental** - Estados do Maranhão e Piauí; **Oriental** - Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e Território de Fernando de Noronha;

· *Região Leste*: **Setentrional** - Estados de Sergipe e Bahia; **Meridional** - Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (a partir de 1960, transformado em Estado da Guanabara);

· *Região Sul*: Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e

*Região Centro-Oeste*. Estados de Mato Grosso e Goiás (e, a partir de 1960, o Distrito Federal).

Esta **primeira divisão regional oficial** pode ser considerada, sob o ponto de vista da abordagem metodológica, como **empirista**, visto ter sido o conhecimento do real, do objeto, no caso, o Território Nacional, que serviu de base para a referida divisão

Os geógrafos do então Conselho Nacional de Geografia já dispunham de um conhecimento empírico do Território Nacional, adquirido através de várias excursões de reconhecimento às suas diferentes regiões e, assim sendo, segundo Galvão e Faissol: "havia uma consciência de diferenciações regionais, no País, já suficientemente importantes para que fossem feitos estudos dos problemas brasileiros, por região, e para que se divulgassem estatísticas, segundo estas mesmas unidades regionais"<sup>6</sup>

A metodologia empregada baseava-se no princípio da divisão, isto é, partia do "todo" - o Território Nacional - que sucessivamente se dividia e se subdividia em unidades cada vez menores. Desta forma, identificaram-se, primeiramente, cinco **Grandes Regiões** que, correspondendo aos espaços mais abrangentes, caracterizavam-se "pela dominância de um certo número de traços comuns, que as tornaram bem distintas umas das outras"<sup>7</sup>.

Esses espaços foram, então, subdivididos em 30 **regiões** que, seguindo a metodologia adotada, apresentavam características homogêneas quanto aos aspectos do meio físico. Na continuidade do procedimento metodológico, fo-

ram originadas 79 **sub-regiões** que foram, finalmente, subdivididas em 228 pequenas áreas, denominadas **zonas fisiográficas** (Mapa 3).

A opção técnica pela divisão do Brasil em regiões a partir de aspectos físicos do território apoiava-se, como já explicitado, na premissa de que esses elementos teriam maior estabilidade de comportamento, permitindo a comparação de dados estatísticos, coletados para esses espaços, ao longo do tempo. Entretanto, a metodologia adotada na identificação das unidades espaciais sofreu algumas críticas, especialmente no que se refere ao caráter de permanência, já que as zonas fisiográficas, definidas a partir de aspectos socioeconômicos, estariam sujeitas a constantes transformações, dependendo do desenrolar do processo social.

Outra crítica relevante à Divisão adotada diz respeito à fragilidade dos limites das zonas fisiográficas, uma vez que possíveis desmembramentos municipais poderiam alterar os recortes iniciais, comprometendo a malha espacial proposta.

Em relação aos aspectos conceituais, a Divisão de 1942 foi, igualmente, alvo de críticas. Segundo Corrêa<sup>8</sup>, quando se tratava das unidades de maior extensão, ou seja, das Grandes Regiões, regiões e sub-regiões, eram utilizados conceitos filtrados do **determinismo ambiental**, enquanto nas unidades de menor hierarquia consideravam-se aspectos socioeconômicos, os quais transformaram as zonas fisiográficas em verdadeiras regiões geográficas dos possibilistas (no possibilismo, a região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam,

<sup>6</sup> *ibid*, p 181

<sup>7</sup> ATLAS Nacional do Brasil Rio de Janeiro: IBGE, 1966 122 p

<sup>8</sup> Corrêa, op cit, p 26-27

Mapa 2

# DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL 1942



Fonte: Guimarães, Fábio M S Divisão regional do Brasil *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 4, n 1, p 152, jan /mar 1942

Nota: Cartograma da divisão regional do Brasil para fins práticos, aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia

Mapa 3

### DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL EM MACRORREGIÕES E ZONAS FISIAGRÁFICAS 1950



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia

de modo harmonioso, componentes humanos e natureza)<sup>9</sup>.

A Divisão Regional de 1942, conforme se observou, constituiu um primeiro modelo, de caráter oficial, de uma base territorial para fins práticos de divulgação de dados estatísticos. Apresentava, contudo, fragilidades quanto aos aspectos teórico-metodológicos adotados Segundo Galvão, “este processo de divisão continha, assim, em sua estrutura, uma contradição com o princípio da lógica, segundo o qual uma divisão deve seguir, em todos os escalões ou níveis, o mesmo critério, apenas com diferentes graus de generalização”<sup>10</sup>.

## O segundo modelo

Contribuições teórico-metodológicas à revisão da divisão regional - da década de 40 ao início dos anos 60.

O período compreendido entre a divisão regional adotada oficialmente em 1942 e a sua alteração, com a proposição de um novo modelo, ao final dos anos 60, foi marcado por poucos estudos que avançassem na discussão teórico-metodológica sobre o assunto.

Conforme analisado anteriormente, os estudos regionais no Brasil achavam-se amplamente apoiados na influência de autores europeus, especialmente das Escolas Determinista Ambiental e possibilista, que trabalharam com o conceito de “região natural”. Essa influência foi decisiva na divisão regional do Brasil, oficializada em 1942. Outras tendências, entretanto, viriam a se fazer sentir a partir da segunda metade da década de 40.

Os anos 40 e 50, como se sabe, foram marcados por uma política de redemocratização do País e pela

transformação de sua economia, antes apoiada em atividades rurais, para um contexto urbano-industrial. Essas alterações, evidentemente, ocasionaram transformações na organização do espaço, quer em sua divisão territorial<sup>11</sup>, quer na forma de se apreender tal espaço.

Nesse contexto, os estudos regionais mostravam uma tendência à revisão teórico-metodológica, passando os autores a trabalhar com o conceito de **região geográfica**. Alterava-se, conseqüentemente, o próprio método de identificação, delimitação e compreensão do espaço regional.

Entre os estudos que procuraram fazer revisão conceitual, merecem destaque os realizados pelo Prof. Jorge Zarur, ainda na década de 40, os de Orlando Valverde, nos anos 50 e os de Fábio Guimarães e Pedro Geiger, já na década de 60.

Apoiado em estudos de autores como Hartshorne, Sauer, Bowmann, Odum e Whittlesey, **Jorge Zarur** apresentou, em 1946, um interessante trabalho sobre análise regional<sup>12</sup>.

Segundo esse autor, na história do regionalismo a expressão “região” teria duas interpretações: na primeira ela seria uma sistematização regional, um meio para se conseguir controle - região como uma **entidade abstrata** - e, na segunda, uma área com certos atributos definidos, ou seja, uma **entidade real e concreta**. Ainda no que se refere ao aspecto conceitual, Zarur apresentou, no artigo citado, três definições de região: a primeira, com sentido geral, significando uma **área qualquer** na superfície da terra; a segunda apontando para o sentido de uma

**área complexa**, com agrupamento ou combinação de elementos físicos estáticos ou mesmo elementos humanos; e, na terceira, assumindo que a região seria uma **área intrinsecamente constituída de elementos reais, dinâmicos e interdependentes**.

A partir dessas definições, Zarur apresentava, nesse seu artigo, o conceito de região como sendo: “...uma área concreta, na qual a combinação dos fatores ambientais e demográficos criaram uma estrutura econômica e social homogênea”.

Nota-se que esse conceito diferia bastante daquele predominante nas décadas anteriores, ou seja, a “região natural”, especialmente no que dizia respeito à ênfase dada aos aspectos socioeconômicos. Outra diferença marcante refere-se ao destaque dado ao dinamismo regional, o que se opunha, na época, à visão da região como algo estático, ou pelo menos com maior grau de permanência do que uma “região humana”.

Zarur fornecia, ainda, nesse artigo, subsídios à análise regional, cabendo destacar a definição de um plano de análise que, embora desse idéia de um receituário, com regras fixas, avançava na discussão do papel das atividades econômicas e instituições na caracterização dos espaços regionais. Chamando a atenção para a identificação de problemas regionais e para a proposição de soluções para os mesmos, o autor, por fim, revelava uma preocupação com o planejamento regional - fato pouco comum nos estudos geográficos daquele período.

Já na década de 50, entre outros estudos, pode-se destacar aqueles efetuados pelo Prof. **Orlando Valverde**, adotando, também, o con-

<sup>9</sup> op cit, p. 28

<sup>10</sup> op cit, 182

<sup>11</sup> Ver Duarte, op cit

<sup>12</sup> ZARUR, Jorge. Análises regionais - *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 177-188, abr/jun. 1946



ceito de região geográfica. Em seus artigos de natureza regional<sup>13</sup>, Valverde, apesar de utilizar preferencialmente elementos do meio físico na identificação e delimitação da região, dava muito destaque ao papel do povoamento, privilegiando a análise da evolução da estrutura econômica na caracterização de regiões. Observa-se que as regiões por ele identificadas, segundo o pensamento possibilista de Vidal de la Blache, correspondiam ao conceito de **paisagens**, ou seja, **entidades concretas, com certo grau de homogeneidade**, podendo ser descritas e entendidas como combinações específicas de elementos físicos e humanos.

Apesar dos acréscimos de conhecimento que estudos como os de Zarur, Valverde, Guerra, entre outros, trouxeram nesse período, foi somente nos anos 60 que o conceito de região geográfica passou a merecer maior atenção e aprofundamento.

Como referencial teórico para a questão regional, na década de 60, pode-se, inicialmente, reconhecer os conceitos desenvolvidos por **Fábio de Macedo Soares Guimarães**<sup>14</sup>

Embora não superando totalmente o modelo determinista/possibilista de região, Guimarães defendia conceitos bastante diferentes daqueles que preconizara na década de 40. Nessa etapa de seus estudos, em 1963 especificamente, ele considerava que: "...as regiões não são objetos concretos, encontrados na face da Terra; de fato não passam de "construções mentais" de esquemas delineados pelos geógrafos, para ajudar a compreender a realidade" Dessa forma, "os quadros regionais são construções subjetivas... não têm caráter absoluto e **variarão com os**

**critérios seguidos e com os objetivos que têm em vista"**.

Diante desse novo referencial, Guimarães discutia alguns problemas clássicos da geografia regional, dentre eles a divisão, a delimitação e a nomenclatura das áreas. Em relação à divisão regional, admitia que grandes áreas poderiam ser subdivididas, tanto pela prática do parcelamento (método dedutivo), quanto pelo agrupamento (método indutivo). Afirmava que a divisão regional não deveria subordinar-se às divisões político-administrativas. Criticava o método clássico de demarcação, através da superposição de regiões elementares, propondo que grandes áreas fossem divididas, supondo uniformidade quanto a alguns aspectos importantes: "Quanto maiores as regiões, maior será o grau de generalização, de esquematização, e **o critério para sua individualização** que está relacionado à escolha de uns poucos aspectos, considerados importantes para defini-las". A esse fator decisivo denominava **nota característica** ou **leading factor**.

No tocante à **questão da delimitação**, Guimarães sustentava que: "O problema principal não é o da delimitação, mas sim o da determinação das próprias regiões". "Não é o continente, mas o conteúdo", afirmava. E propunha: "Uma vez resolvida a individualização de uma região e das suas vizinhas, passa-se a marcá-las no mapa, separando-as por linhas que se limitam esquematicamente. O traçado dessas linhas, necessariamente, tem muito de arbitrário, mas poderá apoiar-se num ou mais elementos característicos, as "notas características" ou **leading factors** a que nos referimos".

Outra contribuição de Guimarães, no artigo em questão, referia-se ao problema da **escolha da nomenclatura** regional. Segundo o autor, o ideal seria dar à região o nome de sua característica principal, individualizadora. Reconhecia, entretanto, que a tendência, nos estudos regionais, era a de se adotar uma nomenclatura popular, já consolidada.

Da análise do pensamento de Guimarães, no início da década de 60, pode-se retirar algumas questões importantes para a revisão do modelo de divisão regional então vigente, a saber: a mudança no conceito de região "natural" para "geográfica", o reconhecimento do caráter dinâmico das regiões, a assunção da região como uma construção mental; o uso preferencial do método dedutivo de subdivisões sucessivas para a identificação de regiões e a defesa do uso de *leading factors* na identificação e demarcação de unidades regionais.

Apesar do avanço teórico representado por esses estudos, a divisão regional do Brasil permanecia praticamente inalterada, ocorrendo apenas mudanças na composição interna das regiões, como as ocorridas em 1960, com a mudança do Distrito Federal para a Região Centro-Oeste e a criação do Estado da Guanabara, na Região Leste.

Cabe lembrar que tanto os dados do Censo Demográfico 1950, quanto os de 1960, foram divulgados a partir da divisão regional de 1946, utilizando-se, igualmente, para esse fim, as subdivisões das regiões em zonas fisiográficas, elaboradas também de acordo com o paradigma possibilista.

Outras contribuições ao debate regional vieram a ocorrer a partir da segunda metade dos anos 60.

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, o artigo de: VALVERDE, Oriando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 20, n 1, p 3-82, jan/mar, 1958

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Observações sobre o problema da divisão regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 25, n 3, p 289-311, jul/set 1963

Com as mudanças na sociedade brasileira, desencadeadas após a instalação, no poder, do regime militar de 1964, havia a necessidade de se repensar alguns conceitos que já não davam conta da explicação da realidade brasileira. A centralização do poder, a ideologia da integração nacional, e a necessidade de modificação na divisão territorial do trabalho, passaram a ser elementos importantes na gestão do território, pelo governo militar, com grandes repercussões na organização do espaço

A pesquisa de caráter regional, **após 1964**, em resposta à nova ordem social, econômica e política vigente no País, passa então a privilegiar alguns temas, entre os quais podem ser destacados o próprio **conceito de região**, o **planejamento regional** e os conceitos de **desenvolvimento e desigualdades regionais**.

Entre os geógrafos que trabalharam com esses temas pode-se citar **Guerra**<sup>15</sup> (1964) que discutia o conceito de região e sua importância para o poder nacional. Segundo esse autor, as **regiões geográficas** seriam áreas individualizadas pelo complexo de fatores fisiográficos e culturais, de interesse para o poder nacional. “Os fundamentos geográficos do Poder Nacional são as grandes regiões geo-gráficas, e os fatores são os diferentes elementos caracterizadores dessas regiões”.

Guerra chamava a atenção para a importância de se diferenciar regiões tendo com base fatores socioeconômicos: “Assim, as diversificações regionais são da maior importância para o Poder Nacional. Todavia, se houver desequilíbrios socioeconômicos muito grandes

entre as regiões geográficas de um país, a tendência à fragmentação da unidade política será grande”.

Começaram, assim, a surgir novas tendências no estudo regional, que viriam a ser decisivas na elaboração de um novo modelo de divisão regional para o País.

### **Espaços homogêneos, funcionais e polarizados - subsídios ao planejamento na segunda metade da década de 60**

Solicitado a colaborar na elaboração do **Plano Decenal**, que nortearia o planejamento nos **anos 60**, o IBGE envolveu-se novamente com a questão regional. Levando-se em conta que duas décadas já haviam transcorrido desde a aprovação da primeira divisão regional e que não só o Território Nacional já se achava mais conhecido, como também novas abordagens metodológicas já estavam sendo utilizadas, o IBGE concluiu que uma nova divisão regional teria que ser elaborada.

Na Resolução que o CNG encaminhava à sua Secretaria<sup>16</sup>, ficava claro que o órgão considerava que o modelo antigo de divisão regional não satisfazia mais aos propósitos a que se destinara, tanto para fins práticos (base para levantamento de dados), quanto para fins técnico-científicos (conhecimento da realidade do País). O CNG reconhecia a importância de se atender a uma crescente demanda por uma divisão revisada, segundo critérios e normas atualizados, recomendando a adoção de um “critério eclético”, onde os conceitos de

**regiões polarizadas e homogêneas** se combinariam a fim de atender às finalidades de ordem prática. Sugeria, por fim, a identificação de unidades regionais hierarquizadas.

Essa Resolução do CNG, na realidade, vinha ao encontro não apenas das necessidades de gestão do território, mas também do meio técnico-científico, que já trabalhava com novos conceitos desde o início dos anos 60. O modelo de **região natural**, entronizado pela Escola Determinista Ambiental e ampliado pelos possibilistas para **região geográfica**, estava definitivamente superado

As novas tendências no pensamento regional, muito voltadas para a **questão do planejamento**, estavam inseridas no conjunto de transformações socioeconômicas desencadeadas após a II Guerra Mundial. A maneira como vinha-se dando a expansão capitalista, desde o final daquele conflito, com suas inevitáveis consequências na produção de novas formas de organização do espaço brasileiro, acentuava a necessidade de reformulação do modelo de divisão regional do País.

Segundo Corrêa<sup>17</sup> “... não se trata mais de uma expansão marcada pela conquista territorial, como ocorreu no final do século passado; ela se dá de outra maneira e traz enormes consequências, afetando tanto a organização social como as formas espaciais criadas pelo homem.

Uma nova divisão social e territorial do trabalho é posta em ação, envolvendo introdução e difusão de novas culturas, industrialização, urbanização e outras relações espaciais...

<sup>15</sup> GUERRA, Antônio Teixeira. A região geográfica e sua importância para o poder nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 26, n 3, p 459-463, jul /set 1964

<sup>16</sup> BRASIL. Resolução n 595 de 17 de junho de 1966. Encarrega a Secretaria Geral de estabelecer as normas para uma nova divisão regional do Brasil. *Boletim de Serviço [do] IBGE*, Rio de Janeiro, ano 14, n 732, p 5, 15 jul 1966

Trata-se de uma mudança tanto no conteúdo como nos limites regionais, ou seja, no arranjo espacial criado pelo homem”.

Dado o novo contexto político-econômico do País e considerando a ampliação do conhecimento teórico-metodológico, os estudiosos da questão regional, fortemente influenciados pelas teorias de localização de **Christaller** e dos Pólos de Desenvolvimento de **Perroux** e **Baudeville**, passam a utilizar novos conceitos vinculados à dimensão espacial do desenvolvimento econômico. Essa tendência fica muito clara no **Congresso de Integração Nacional**, realizado na cidade de Salvador, em 1966. Nesse Congresso, alguns geógrafos apresentaram um informe sobre os estudos básicos elaborados, no IBGE, para definição de **pólos de desenvolvimento** no Brasil, onde eram discutidas as novas abordagens regionais<sup>18</sup>

Segundo **Pereira et al.** (1967), para a elaboração de políticas governamentais havia a necessidade de reconhecimento de dois níveis regionais básicos: o primeiro, mais amplo, seria composto por **sistemas espaciais** (compreendendo as macrorregiões) e, o segundo, por **regiões** (abrangendo as microrregiões, as bacias e as áreas metropolitanas, entre outras). Além da preocupação com as questões de escala espacial, havia a busca da compreensão da **funcionalidade dos locais**, bem como procurava-se entender as **relações entre a cidade e sua região**. Assumia-se que uma cidade dominaria uma região através de suas atividades de enquadramento terciário.

Com grande influência de **Rochefort**, procurava-se, nesses estudos, entender e aplicar os **conceitos de homogeneidade e polarização** ao caso brasileiro. Nesse sentido, foi realizado um estudo preliminar procurando identificar os diferentes **espaços funcionais do País**, divididos em **regiões de nível superior e de segundo nível**, tendo sido reconhecidos nove pólos de desenvolvimento (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém) e 66 centros secundários. O método introduzido (Rochefort - Autreux), adaptado ao caso brasileiro, compreendia os seguintes passos:

1º – analisar o equipamento terciário polarizador e estudar sua distribuição pelos centros urbanos;

2º – estabelecer a relação entre o poder de polarização e a ação polarizadora; e

3º – classificar as cidades segundo o grau de polaridade medido através de notas (*scores*) atribuídas ao equipamento de categorias de atividades terciárias.

Outro conceito bastante discutido, no final dos anos 60, referia-se à **“homogeneidade de elementos ou fatores no espaço”** **Geiger**<sup>19</sup>, em estudo preliminar de 1967, procurava não apenas entender esse conceito, mas aplicá-lo à divisão regional do Brasil, atendendo, assim, às solicitações da Resolução 595, do CNG. Nesse texto, o autor afirmara inicialmente que “no estudo da superfície terrestre, a geografia descreve extensões diferenciadas do espaço, como reflexos dos fenômenos cuja qualificação decorre de determinadas expressões quantitativas”.

A caracterização de uma região - “espaço diferenciado da superfície terrestre” - seria feita a partir de **fenômenos de massa**, que podem ser **quantificados** através da **correlação de diversos fenômenos**. No tocante à aplicação desse conceito, Geiger afirmava: “... ao se realizar uma divisão regional do país, caberá verificar, para cada região, qual o elemento mais dinâmico no sentido da organização da vida regional, e o que mais interfere na evolução de outros fenômenos geográficos”.

Geiger procurava, nesse estudo, articular, em nível de regiões, os conceitos de espaços homogêneos e espaços polarizados, mostrando que tais espaços nem sempre formariam “regiões”. Chamava a atenção para o fato de que, em espaços menos desenvolvidos, poderiam formar-se regiões mais homogêneas, com vida de relações em torno da produção, enquanto que em espaços mais desenvolvidos, a vida de relações seria mais intensa, com variedade de unidades internas diferenciadas e fenômenos de polarização presidindo a regionalização.

Considerando os diferentes tipos de “regiões”, decorrentes de formas diferenciadas de organização do espaço, Geiger finalmente propunha que, na realização de estudos sobre divisão regional, fossem utilizados tanto os critérios de homogeneidade, quanto os de polaridade, que deveriam ser confrontados e combinados, definindo-se níveis hierarquizados.

Os aspectos teóricos e metodológicos da regionalização foram, mais tarde, aprofundados por Geiger. Em um de seus artigos<sup>20</sup>, publicado em 1969, o autor ressal-

<sup>17</sup> op cit, p 17

<sup>18</sup> Ver a respeito em: PEREIRA, Rubens de Mattos et al. Estudos básicos para definição de pólos de desenvolvimento no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 29, n 1, p 82-101, jan/mar 1967

<sup>19</sup> GEIGER, Pedro Pinchas. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 29, n 2, p 59-64, abr/jun 1967

<sup>20</sup> GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 31, n 1, p 5-25, jan/mar 1969

tava a relação existente entre a forma de organização do espaço territorial e o grau de desenvolvimento do País, afirmando que uma região é "... uma forma geográfica que surge apenas em determinada fase histórica de um território". Rompia, dessa forma, definitivamente com o modelo anterior de região ("natural") e assumia que o processo de regionalização estava intimamente correlacionado ao desenvolvimento industrial de um país "Não há regionalização sem desenvolvimento industrial", afirmava

Geiger apregoava, ainda nesse artigo, que o processo de regionalização estava vinculado à homogeneização do País, considerando, porém, que o desenvolvimento capitalista traria consigo especialização de regiões em determinadas produções ou atividades. Baseado, portanto, no reconhecimento da importância da divisão territorial do trabalho que, em sua opinião, homogeneizaria e, ao mesmo tempo, diversificaria o espaço territorial brasileiro, o autor propôs uma nova abordagem para a identificação de regiões no País: "... a divisão de maior hierarquia corresponde à distinção de enormes extensões territoriais, grandes espaços econômicos, diferenciados por nível de desenvolvimento"

Segundo esse conceito, Geiger identificava três macrorregiões, no Brasil<sup>21</sup>: a Amazônia, o Nordeste e o Centro-sul (Mapa 4). Esses grandes espaços, por sua vez, seriam subdivididos em regiões menores, através da análise histórica de alguns elementos, tais como: recursos naturais e seu aproveitamento, movimentos da população; objetivos da produção; estrutura social e balanços comerciais e de pagamentos inter-regionais.

Da análise crítica dos estudos elaborados por Geiger, nesse período, assim como aos de outros autores a ele contemporâneos, como Davidovich, Santos, Becker, Keller e Faissol, entre outros, pode-se verificar que foram expressivas as contribuições teórico-metodológicas dadas à área da geografia regional. Com influência de autores estrangeiros, como Friedman e Alonso, esses geógrafos brasileiros, ao final dos anos 60, passaram a conceituar região como "um espaço organizado pelo homem", privilegiando, em seus estudos, a compreensão da **evolução de estruturas econômicas e sociais** e a análise dos **fluxos** (mercadorias, pessoas ou capital) **regionais**.

Estava, portanto, superado, em nível teórico, o modelo anterior de análise regional. Na prática, essa superação se traduziria na ampliação do conhecimento sobre o Território Nacional, respondendo, assim, à necessidade de mudança no modelo de divisão regional adotado no País

## O novo modelo - 1969/1970

Tornada premente a reformulação da divisão regional do País, os técnicos da Divisão de Geografia do IBGE, então responsável por tal tarefa, julgaram que uma só divisão regional seria insuficiente, dado que "a compreensão da organização espacial de um país, do ponto de vista geográfico, implica a análise das duas ordens de fenômenos essenciais de uniformidade do espaço: **regiões homogêneas**, tratadas como a forma de organização em torno da produção, e **regiões funcionais** ou áreas distintas, analisadas segundo os

fenômenos de interação e da vida de relação"<sup>22</sup>.

A primeira visava a ser empregada para fins estatísticos e a segunda, apoiando-se em estudos de centralidade e áreas de influência dos núcleos urbanos, objetivava, de alguma forma, fim da descentralização. Uma terceira divisão ainda era pretendida, através de uma combinação das duas primeiras (esta visaria a fornecer informações básicas às políticas de desenvolvimento econômico).

Em 8 de maio de 1969, a Resolução nº 1 da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográficas-Cartográficas, considerando que a Divisão Regional então em vigor não mais satisfazia tanto para fins de tabulações estatísticas, quanto para fins didáticos, resolveu aprovar uma nova divisão regional (em 1967 havia sido realizada a mesma, em caráter preliminar; a seguir, foi revista e oficializada, em 1969). O modelo oficializado identificava cinco novas Grandes Regiões (especialmente para fins didáticos) e unidades menores, as microrregiões homogêneas (para tabulações dos dados e estratos de amostragem do sistema estatístico, agrupadas por estados), ficando os níveis intermediários para posterior aprovação (Decreto nº 67.647, de 23.11.1970, publicado no Diário Oficial de 24.11.1970 e retificado no de 04.12.1970)

O artigo 1º do Decreto nº 67.647, assim explicita: é estabelecida para fins estatísticos a seguinte Divisão Regional:

### 1 - Região Norte.

Estados do Acre, Amazonas e Pará; e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

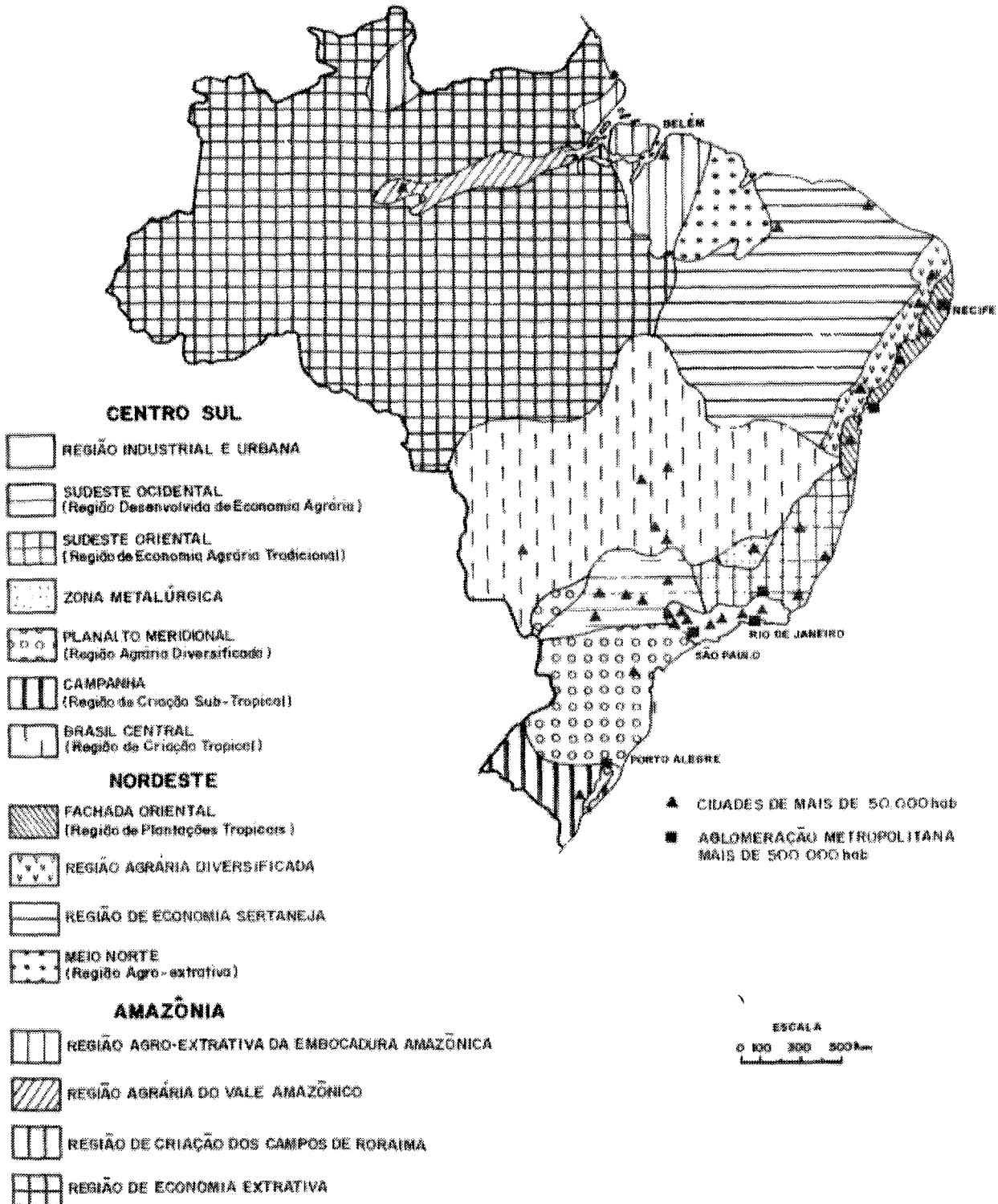
<sup>21</sup>Cabe lembrar que essa divisão havia sido elaborada por Geiger, em 1964, e vinha sendo adotada por alguns técnicos, especialmente geógrafos, em seus estudos sobre a organização do espaço brasileiro

<sup>22</sup>Ver GALVÃO, M. V., FAISSOL, S. op. cit., p. 189-190

Mapa4

# DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

## PROPOSTA POR PEDRO GEIGER - 1964



## 2 - Região Nordeste:

Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e Território de Fernando de Noronha

## 3 - Região Sudeste:

Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo.

## 4 - Região Sul:

Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

## 5 - Região Centro-Oeste:

Estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

Ainda nesse decreto, ficou definido que, para as unidades menores, "a noção fundamental é a da uniformidade do espaço, baseada nas características socioeconômicas que os dados estatísticos devem espelhar, espaços estes que deverão sofrer modificação, toda vez que uma alteração substancial desta uniformidade for afetada pelo processo de desenvolvimento econômico". Esta seria, portanto, uma classificação indutiva, fundamentada no conhecimento da realidade a partir de uma trajetória ascendente, do indivíduo para o todo, através de técnica de agrupamento.

Nessa divisão regional, a ser adotada nos anos 70, o conceito de **espaço homogêneo** foi definido como **forma de organização da produção**, tendo servido de embasamento para a identificação dessas unidades as análises efetuadas: a) nos domínios ecológicos (como estes atuam nas atividades e formas de organização humana); b) na distribuição espacial da população (espaços caracterizados pelo mesmo comportamento demográfico no que

se refere aos aspectos quantitativos e dinâmicos); c) nas regiões agrícolas (obtidas através da análise da estrutura agrária, da forma de utilização da terra e da produção agrícola), d) nas atividades industriais (através do exame da sua evolução segundo os gêneros de indústria, sua associação, as formas das empresas e as dimensões dos estabelecimentos); e) na infra-estrutura dos transportes (as áreas foram classificadas segundo a maior ou menor acessibilidade aos modernos meios de transporte); e, ainda, f) nas atividades terciárias não polarizadoras (portuárias, turísticas, militares, etc.)

*Foram individualizadas áreas que se identificam por certa forma de combinação dos elementos geográficos, sempre dentro de determinado nível de generalização; desde que mudava substancialmente um dos elementos, mudava a combinação e passava-se à outra unidade.*

Os espaços homogêneos resultantes, em número de 361 unidades, que passaram a ser denominadas de **microrregiões homogêneas**, apareciam distribuídos da maneira como se segue, através das Grandes Regiões, que passaram a se denominar de Macrorregiões (Mapa 5).

Macrorregiões	Microrregiões (nº)
Norte	28
Nordeste	128
Sudeste	111
Sul	64
Centro-Oeste	30

Tais recortes foram usados já no Censo de 1970 para a tabulação dos dados estatísticos, donde se conclui que estas substituíram as antigas zonas fisiográficas.

Pelas denominações atribuídas aos macroespaços já se percebe uma modificação na delimitação dos mesmos. A mais expressiva foi o desaparecimento da Grande Região Leste, surgindo em seu lugar a Macrorregião Sudeste. Assim, os Estados de Sergipe e Bahia, que formavam o Leste Setentrional, passaram a pertencer à Macrorregião Nordeste; os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara (transformado em Município do Rio de Janeiro, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro, em 1975), juntamente com o Estado de São Paulo (até então pertencente à Região Sul), passaram a formar um novo espaço regional - o Sudeste.

Será bom registrar que a criação desta nova região - o Sudeste - tornava-se imperiosa, visto que a SUDENE, órgão criado em 1959 pelo Governo Federal visando ao desenvolvimento da Região Nordeste, já considerava os Estados da Bahia e de Sergipe como pertencentes ao Nordeste. O mesmo acontecia com outros órgãos governamentais.

## Região e regionalização na década de 70

### Os conceitos ligados à Teoria Geral dos Sistemas e ao Modelo Centro - periferia

A produção científica, no início da década de 70, foi profundamente marcada pelo difícil período histórico por que passava a sociedade brasileira. Os estudos de cunho regional, conduzidos principalmente por geógrafos, encontravam-se na mesma situação vivenciada em outras áreas do conhecimento cientí-

Mapa 5

# DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL EM MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS 1980



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

ESCALA  
0 100 300 500 km  
[ ——— ]

fico, ou seja, retraídos na quantidade de trabalho produzido e/ou a perda de crítica e criatividade, comprometendo a qualidade dos estudos elaborados.

Apesar das dificuldades na condução da pesquisa científica, algumas instituições e alguns profissionais destacaram-se, nesse período, pela produção e divulgação de pesquisas voltadas para a compreensão da organização espacial brasileira. Entre os profissionais que tiveram trabalhos divulgados por importantes publicações, como a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim de Geografia Teorética, merece inicialmente destaque a geógrafa Bertha Becker, por sua produção científica voltada para a compreensão das relações entre o crescimento econômico e a estrutura espacial brasileira. A análise crítica de seus artigos, do início da década de 70, permite não apenas conhecer as tendências teórico-conceituais sobre região/regionalização, mas também entender o enquadramento político do pensamento geográfico naquele período.

Como contribuição teórica à compreensão da estrutura espacial brasileira, Becker, em pesquisa divulgada em 1972<sup>23</sup>, a partir de conceitos vinculados à **Teoria Geral dos Sistemas** e ao **Modelo Centro-Periferia**, afirmava: “O sistema espacial se integra através de uma estrutura de relações de autoridade-dependência exercidas a partir de grandes cidades, foco inicial das inovações” (p. 101).

Considera, ainda, que “desenvolvimento é inovação” (ibid.), sendo que “... os centros inovadores constituem *core regions* ou centros” e que “todas as outras áreas do sistema espacial são **regiões pe-**

**riéricas**, definidas por suas relações de dependência com a *core region*” (ibid.).

Conforme pode-se observar, os conceitos emitidos pela autora refletiam o momento político vivenciado, em que o autoritarismo e o centralismo eram pontos de sustentação do estado.

Assim, definia-se a estrutura espacial como resultante de relações de autoridade e dependência, sendo a cidade “foco” inicial de inovações, ou seja, o grande centro seria local de **poder**, na medida em que controlaria o desenvolvimento. Os conceitos adotados estavam ainda impregnados de outra característica marcante do período, ou seja, a preocupação com a **integração nacional** - estratégia utilizada pelo governo militar para a articulação econômica do espaço brasileiro, sob a ideologia desenvolvimentista.

“O aparecimento de novos centros na periferia, superando o padrão de desequilíbrio estrutural dos países em desenvolvimento, revela a tendência para o padrão de **integração nacional** característico dos países desenvolvidos”<sup>24</sup>

Reconhecendo que, nos aspectos sociais, “a dinamização do sistema não acompanhou o ritmo apresentado pelo setor econômico”, a autora identificava, segundo o modelo “Centro-Periferia”, a seguinte estrutura espacial (Mapa 6):

**Regiões periféricas dinâmicas** ou em desenvolvimento, que compreenderiam as *core regions* (São Paulo e Rio de Janeiro), um centro secundário (Belo Horizonte) e um cen-

tro em elaboração (Porto Alegre), circundados por regiões dinâmicas (grande parte das Regiões Sudeste e Sul);

**Regiões periféricas em lento crescimento**, correspondendo a áreas à retaguarda da região dinâmica, englobando boa parte da região de influência do Rio de Janeiro e a área pastoril que contornaria a periferia dinâmica;

**Regiões periféricas deprimidas**, correspondendo à faixa litorânea, Leste e Nordeste do País, englobando áreas agrícolas tradicionais, e

**Regiões de fronteira de recursos** ou regiões de novas oportunidades, compreendendo áreas de “avanço de frentes pioneiras ativas sobre terras despovoadas e matas por desbravar”, aí incluída a Amazônia como uma periferia não integrada.

Os diferentes tipos de regiões definidos pela autora, através da utilização dos conceitos da Teoria Centro-Periferia, revelam, conforme enfatizado anteriormente, a preocupação com a clara definição de conceitos capazes de dar um cunho científico à análise geográfica. Essa tendência pode ser observada em muitos autores que produziram estudos geográficos nesse período, sendo determinante, por exemplo, até mesmo na linha editorial de algumas publicações científicas<sup>25</sup>

Nesse contexto, e interessados na compreensão da organização do espaço, pode-se, também, destacar os geógrafos **Geiger e Davidovich** que, em 1974, escreveram um importante

<sup>23</sup>BECKER, Bertha K. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 34, n 4, p 101-116, out/dez 1972

<sup>24</sup>ibid p 114

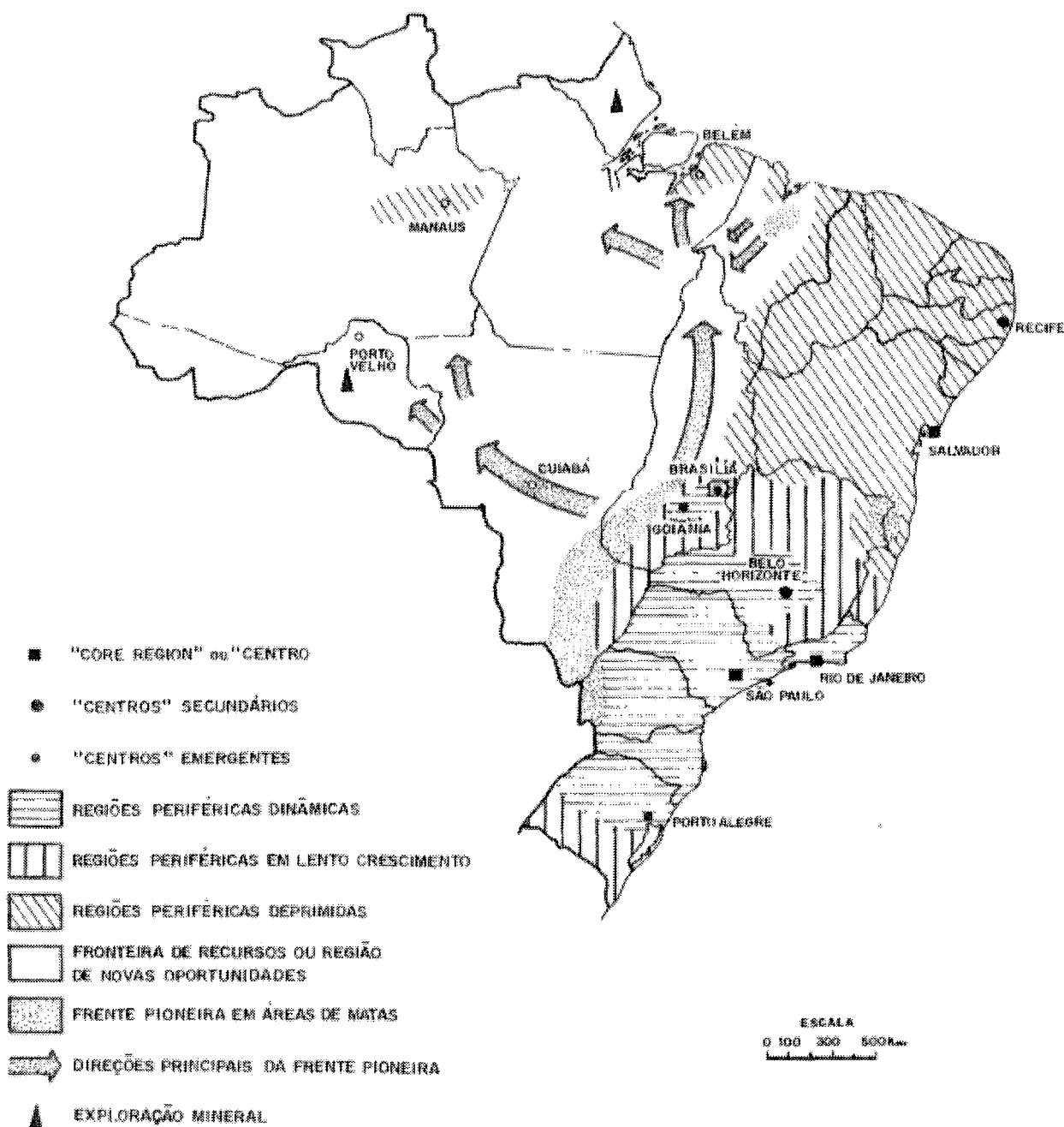
<sup>25</sup> Em Rio Claro (SP), foi lançado o periódico “Boletim de Geografia Teorética” que, em seu segundo número, apresentava artigos como “Modelo e paradigmas em geografia” de José Alexandre Diniz, e “Teoria dos sistemas” de Antônio Christofolletti. Já em 1974, o IBGE publicou “Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico” - uma coletânea de textos, selecionada por Speridião Faissol, de diversos autores estrangeiros, tais como: Brian Berry, François Perroux, Gunnar Olsson, A Brown/John Holmes, entre outros, que difundiam novos conceitos e/ou teorias



Mapa 6

## BRASIL

### TIPOS DE REGIÕES SEGUNDO INTERAÇÕES ESPACIAIS



Fonte: BECKER, Bertha K. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 34, n 4, p 105, out/dez 1972

Nota: Organizado por Bertha K Becker

artigo sobre os efeitos da urbanização na estrutura espacial do País<sup>26</sup>.

Tendo como objetivo geral repensar a aplicação da Teoria Centro-Periferia ao caso brasileiro, os autores procuraram demonstrar que a organização espacial daquele período representava o reflexo de um sistema de relações entre uma economia industrial e um poder oficial que sustentavam o desenvolvimento de formas capitalistas de produção. Como uma grande contribuição teórica, esse artigo apontava fatores de reelaboração da estrutura espacial do País.

Além da economia industrial e da atuação política federal incorporadora de interesses econômicos, outros elementos eram utilizados na identificação da nova estrutura espacial, tais como o papel dos transportes, o processo histórico de cada região e a posição das mesmas em relação à área considerada "centro", ou seja, o Sudeste. Os autores chamaram a atenção para um elemento pouco analisado nos estudos do início dos anos 70, ou seja, a representatividade e a participação do empresariado regional na estruturação do espaço. Em suas críticas ao modelo Centro-Periferia, discutiam, para o caso brasileiro, a existência de um "centro", espacialmente relacionado a uma única área geográfica e ligado a periferias, hierarquicamente dependentes dele. Valorizando o histórico da ocupação do Território Nacional, os autores propunham um novo modelo de análise, com ênfase no conhecimento **dos processos de litoralização e interiorização** que, segundo eles, responderiam melhor à compreensão da estruturação do espaço brasileiro.

## Técnicas quantitativas na análise regional

Outro autor importante para o entendimento dos conceitos de região e regionalização utilizados nos anos 70 é **Speridião Faissol**. Professor universitário e pesquisador do IBGE, com vários trabalhos publicados na Revista Brasileira de Geografia, ele exerceu grande influência nos rumos da pesquisa daqueles anos. Apoiado na **Teoria Geral dos Sistemas**, foi um dos principais responsáveis pela introdução de técnicas quantitativas na análise regional, entre elas a correlação, a regressão e a análise fatorial. Através dessas técnicas, fundamentadas no positivismo lógico, e subsidiado pela Teoria Geral dos Sistemas, Faissol procurava identificar modelos espaciais, definindo região<sup>27</sup> como: "... um conjunto de lugares caracterizados por um elevado grau de similaridade ou homogeneidade, homogeneidade esta definida em termos de um critério específico" (p. 155).

Para o autor em questão, "... regionalização e tipologia são conceitos semelhantes, sendo a diferença essencial apenas a contigüidade territorial" (ibid.)

Em artigo<sup>28</sup> apresentado em 1973 na CONFEGE, Faissol diferenciaria regiões homogêneas e regiões funcionais. A primeira seria definida como um agregado de unidades espaciais, formando unidades maiores, segundo critérios que definiriam **atributos** para os **lugares** considerados. Para a identificação desse tipo de região sugeria o uso da matriz geográfica (lugar/atributo). Já as regiões funcionais seriam definidas como agregados de unidades espaciais, que formariam unidades mai-

ores, definidas segundo **associações funcionais**. Na identificação desses espaços seria utilizado outro tipo de matriz, onde se analisariam **pares de lugares** e seu **relacionamento funcional**.

Sob a influência da Teoria Geral dos Sistemas e seguindo os modelos estatísticos de classificação de lugares difundidos por Faissol e outros geógrafos, vários estudos foram produzidos, destacando-se os de Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas e Mesorregiões Homogêneas

## As regiões funcionais urbanas - 1972

Seguindo os modelos teórico-metodológicos descritos anteriormente, técnicos do IBGE definiram, em 1972, as regiões funcionais urbanas<sup>29</sup> como:

"... um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que podem servir de modelo tanto para uma política regionalizada de desenvolvimento, como para orientar a racionalização no suprimento de serviços de infra-estrutura urbana através da distribuição mais adequada".

A metodologia adotada no estudo, subsidiada por questionários específicos, aplicados em 1966, consistia, em síntese, na **contagem de relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos** através de setores de atividade. Procurava-se medir os **fluxos agrícolas** e **fluxos de distribuição de bens e serviços**, utilizando-se como indicadores a rede viária e os locais de distribuição de bens e serviços.

<sup>26</sup> GEIGER, Pedro Pinchas, Davidovich, Fany Rachel. Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil, sob o efeito da industrialização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 3-29, jul/set. 1974.

<sup>27</sup> FAISSOL, S. Teorização e quantificação na geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 145-164, jan/mar. 1972.

<sup>28</sup> Ibid. Um modelo de análise regional para fins de planejamento econômico: integração de sistemas de regiões formais e funcionais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 71-85, jan/mar. 1973.

Como resultado dessa pesquisa que pretendia ser "... modelo de Divisão Regional do Brasil para fins de ação administrativa, foram hierarquizados 718 centros urbanos, sendo identificados.

- 10 centros metropolitanos, aí englobados a grande metrópole nacional, a metrópole nacional, os centros metropolitanos regionais e os centros macrorregionais;
- 66 centros regionais, subdivididos em centros de duas hierarquias (2a e 2b),
- 172 centros sub-regionais, subdivididos em centros de duas hierarquias (3a e 3b); e
- 470 centros locais, subdivididos em centros de duas hierarquias (4a e 4b).

As regiões funcionais urbanas foram alvo de uma reavaliação em 1976, mas somente foram revistas e republicadas em 1987, com o título de **Região de Influência das Cidades**.

## As mesorregiões homogêneas - 1976

Igualmente apoiado na Teoria Geral dos Sistemas e em métodos de análise quantitativos e tendo como objetivo geral "... dar maior flexibilidade na escolha de unidades observacionais, que fossem ao mesmo tempo adequadas para o objetivo de um determinado estudo e para o qual os dados necessários para o desenvolvimento do trabalho fossem significativos", o IBGE definiu, em 1976, um novo conjunto de regiões brasileiras - as **mesorregiões homogêneas**. Tais unidades espaciais, em escala intermediária entre as micros e as macrorregiões, visavam a aprimorar a divulgação de dados

censitários, sem perigo de individualização de informações, como forma de subsidiar as políticas de planejamento, então em vigor.

Definidas como unidades territoriais resultantes da **agregação** de microrregiões, as mesorregiões seguiram a mesma linha conceitual adotada no estudo daqueles espaços homogêneos, em 1969/1970. Utilizou-se, portanto, o critério da homogeneidade intragrupos, definido segundo os setores básicos das atividades econômicas e indicadores de desenvolvimento urbano e rural. Os conceitos utilizados geraram um amplo conjunto de variáveis que, trabalhado quantitativamente por análise fatorial, de agrupamento e multidiscriminatória, deu origem a 87 unidades espaciais em nível mesorregional.

## A abordagem regional na década de 80

### Região e regionalização segundo o materialismo histórico

Os anos 80 foram marcados por grandes transformações na sociedade brasileira, decorrentes, principalmente, do processo de abertura política iniciado neste período. O meio acadêmico, os profissionais que trabalhavam no planejamento e os que elaboravam pesquisas sobre a realidade do País procuravam entender esse novo contexto à luz de enfoques bastante diversificados.

No que se refere aos estudos geográficos e, em particular, à questão regional, passam a ser muito

discutidos o processo de expansão do capitalismo e as diferentes formas espaciais que dele resultam a partir de conceitos oriundos da Teoria Marxista.

Nesse contexto, cabe destacar a contribuição teórica, sem dúvida decisiva, dada por **Milton Santos**, a partir do final da década de 70. Em 1978, esse autor publicou o livro **"Por uma Geografia Nova"**<sup>30</sup> que, como o próprio subtítulo afirmava, ia "da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica". Tal obra pode ser considerada um marco para os estudos geográficos produzidos no Brasil, pois, além de apresentar uma revisão crítica do pensamento geográfico até aquele momento, introduzia novos conceitos e teorias. A partir da discussão de um novo paradigma (a **natureza** "definida como o conjunto de todas as coisas existentes ou, em outras palavras, a realidade em sua totalidade")<sup>31</sup> e apoiado em uma clara definição do objeto de estudo da Geografia (o espaço social), Santos introduzia conceitos fundamentados no marxismo, tais como: totalidade, modo de produção, formação social e dialética do espaço, entre outros

Para esse autor, "o espaço, espaço paisagem, é o testemunho de um momento do modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo"<sup>32</sup>.

Como categorias fundamentais desse espaço identificava a **totalidade** e o **tempo**, reconhecendo que "como o acontecer sobre o espaço não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõe, impondo ao mesmo tempo a categoria de escala, isto é, a fração de espaço dentro do espaço total"<sup>33</sup>.

<sup>29</sup> DUARTE, A. C. et al. Proposição metodológica para revisão da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 100-129, abr./jun. 1976.

<sup>30</sup> SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec: Ed. da USP, 1978.

<sup>31</sup> *ibid.*, p. 158.

<sup>32</sup> *ibid.*, p. 138.

<sup>33</sup> *ibid.*, p. 176.

Os conceitos discutidos por Santos traziam, portanto, uma nova abordagem para a Geografia, sendo que, para os estudiosos da questão regional, o conceito de Totalidade abria novas possibilidades de análise. Para Milton Santos, a noção de totalidade seria inseparável da noção de estrutura, sendo ambas apoiadas na realidade social:

“A totalidade espacial, que é uma dessas estruturas da sociedade, também deve ser tratada em termos de subestruturas (são subestruturas para a sociedade como um todo, para a totalidade espacial são simplesmente estruturas). Aqui cabe falar dos lugares e dos subespaços, áreas que na linguagem tradicional dos geógrafos chamam-se, mais frequentemente, regiões”<sup>34</sup>.

Seguindo essa mesma linha de pensamento na compreensão da organização do espaço, deve-se destacar a contribuição teórico-metodológica de outro geógrafo: **Aluizio Capdeville Duarte**. Este, em 1980, publicou um importante artigo, onde fazia várias considerações metodológicas sobre o processo de regionalização<sup>35</sup>.

A partir de uma revisão conceitual, o autor identificava, nesse estudo, quatro tipos principais de abordagem regional, segundo diferentes fases: a regionalização como diferenciação de áreas; a regionalização como classificação; a regionalização como instrumento de ação, e a regionalização como processo. Identificava, entretanto, naquele início de década, um outro movimento teórico no sentido da compreensão da região como uma **totalidade social**:

“A nova abordagem regional está relacionada ao conceito de espaço

como um produto da sociedade. Esta é teorizada como uma totalidade, expressa sob os conceitos do **materialismo histórico** e investigada pelo **método dialético**. Dois conceitos são fundamentais nessa concepção, o de modo de produção e o de formação social. Dessa forma, a nova abordagem conceitual de regionalização está relacionada à **totalidade social**. Como tal está implícito que a **região é analisada como um reflexo espacial daquela totalidade**”<sup>36</sup>.

Duarte discutia, ainda nesse artigo, a influência de alguns autores, não geógrafos, na formação desse novo referencial teórico para estudos regionais, destacando os estudos de Lipietz<sup>37</sup> (1979) e de Oliveira<sup>38</sup> (1977).

O primeiro desses dois autores defendia a noção de que a **estrutura do espaço seria resultante da articulação de modos de produção** e que a **região seria a dimensão espacial de relações sociais contraditórias**. Já Oliveira conceituava **região como um espaço onde a reprodução do capital se processaria de maneira específica**, gerando uma forma específica de **luta de classe onde o econômico e o político se fusionariam**, assumindo uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.

Embora esses dois autores trabalhassem com definições diferentes de região, nota-se que a abordagem é semelhante, com ênfase ora em aspectos econômicos, ora em elementos político-ideológicos. A região é analisada não como um espaço definido por atributos ou relações internas, mas sim pelo resultado de processos abrangentes que atuam sobre a totalidade espaço-social.

Ainda na linha de abordagem marxista aos estudos regionais, pode-se destacar, na década de 80, a atuação do **Núcleo de Estudos Regionais** da UNICAMP. Baseado na discussão realizada na mesa redonda “A Questão Regional é Relevante para as Ciências Sociais?”, no IX Encontro Anual de 1985, o NER publicou uma série de artigos sobre região e regionalidade de autores como Ademir Gebara, Paulo H. N. Martins e Héctor H. Bruit<sup>39</sup>.

Muitas outras contribuições teóricas, na década de 80, foram fundamentais para o avanço do conhecimento regional do País. Além do já citado trabalho de Francisco de Oliveira, baseado na experiência nordestina do autor, a SUDENE publicava em 1984 a obra “Desigualdades Regionais do Desenvolvimento Brasileiro”, do grupo **PIMES**, onde o recente processo de expansão capitalista era analisado em relação ao todo do País e a cada região, em particular.

A sistematização do conhecimento regional, na década de 80, teve ainda uma grande contribuição através de **Corrêa**, já citado anteriormente, com a publicação do livro “**Região e Organização Espacial**”. Nessa obra, o autor, além de fazer, à semelhança de Santos, uma revisão das correntes do pensamento geográfico, avançava na definição dos conceitos de região e de organização espacial.

Região e identidade regional foram, ainda, alvo de discussão por **Costa**<sup>40</sup>, que realizou, em 1988, estudos tendo como área de observação o Estado do Rio Grande do Sul. Este autor, baseado no conceito de totalidade soci-

<sup>34</sup> Ibid, p 171

<sup>35</sup> DUARTE, Aluizio Capdeville Regionalização: considerações metodológicas *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v 10, n 20, 1980

<sup>36</sup> Ibid, p 17

<sup>37</sup> LIPIETZ, A *El capital e su espacio* México: Siglo Vienteuno, 1979

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Francisco *Elegia para uma re(li)gião* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

<sup>39</sup> GEBARA, Ademir et al *História regional: uma discussão* Campinas: Ed Unicamp, Núcleo de Estudos Regionais, 1987

<sup>40</sup> COSTA, Rogério Haesbaent da *Latifúndio e identidade regional* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988

al, defendido por Duarte, definia **região** como:

“.. um espaço (não institucionalizado como Estado-Nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco “regional” de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução”<sup>41</sup>.

Segundo sua concepção, **regionalismo** definia-se como

“.. um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionados sempre a um dado território, através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura valer de seus interesses - de natureza político-econômica e/ou identidade cultural (que também não pode ser separada de uma fragmentação política) - frente aos interesses da classe dominante em nível de Estado-Nação”<sup>42</sup>.

Os dois conceitos (região e regionalismo) se articulariam, ainda segundo Costa, no que este denominou **processo social**.

“... modo como as regiões se articulam ou se dissipam, a dialética entre regionalismo e espaço, ou seja, o processo histórico de sua origem, afirmação e dissolução, que pode ter distintas características, de acordo com as diferentes formas de manifestação da identidade regional”<sup>43</sup>.

Na análise dos principais conceitos apresentados acima, pode-se constatar que, embora com nuances diferentes, a base teórica utilizada pelos diversos autores é a mesma, podendo-se afirmar que essa tendência de pensamento, fundamentada no materialismo histórico, marcou os estudos regionais da década de 80.

## As Microrregiões e Mesorregiões Geográficas - 1989/1990

No final da década de 80, encontrava-se o Brasil com uma estrutura espacial muito diferente daquela que serviu de referência para a Divisão Regional realizada em 1970. Entretanto, ainda era essa a divisão macrorregional oficialmente adotada, apesar de existir uma preocupação, nos meios acadêmicos e nos órgãos de pesquisa, quanto a sua validade como modelo que espelhasse a realidade brasileira.

Na impossibilidade de se redefinir, naquele momento, o modelo macrorregional, o Departamento de Geografia do IBGE passou, em 1988, a rever as divisões dos espaços intermediários, ou seja, as mesorregiões e microrregiões homogêneas, à luz de conceitos diferentes daqueles usados na década anterior.

Partia-se da premissa que o desenvolvimento capitalista de produção teria afetado de maneira diferenciada o Território Nacional, com algumas áreas sofrendo grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, enquanto outras se manteriam estáveis ou apresentariam problemas acentuados. Reconhecia-se o papel das condições naturais na orientação das formas de ocupação e produção agrárias, bem como identificavam-se os processos de metropolização e industrialização como elementos estruturadores do espaço.

Assim, os estudos realizados para a nova divisão do Brasil em subespaços regionais - que só viri-

am a ser publicados em 1990 - utilizaram uma base conceitual que afirmava:

“A dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista, em nosso País, pode ser traduzida pela inevitável desigualdade na organização espacial que comporta diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e pela atuação crescente do papel do Estado naquele processo”<sup>44</sup>.

Diferentemente do modelo anterior que partira da agregação de áreas segundo critérios de homogeneidade, a metodologia adotada nesses estudos apoiava-se na noção de totalidade nacional, tomando as Unidades da Federação como universo de análise. Através do método de divisão sucessiva desses espaços - as UFs - identificaram-se, posteriormente, as **mesorregiões e microrregiões** que passaram, então, a ter denominação de **geográficas**, em lugar de homogêneas.

Como **mesorregião geográfica** passou-se a denominar uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresentasse formas do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: “... o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial”<sup>45</sup>.

Já as **microrregiões geográficas**, consideradas como partes das mesorregiões, foram definidas por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se, também, informa-

<sup>41</sup> Ibid, p 10

<sup>42</sup> Ibid, p 26

<sup>43</sup> Ibid, p 27

<sup>44</sup> DIVISÃO Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas: Rio de Janeiro: IBGE, 1990, v 1: Brasil

<sup>45</sup> Op cit, p 8

ções sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais.

O novo modelo de mesorregiões e microrregiões geográficas resultou em um quadro final bastante diferente daquele definido em 1968, apresentando um número maior tanto de unidades de menor área quanto de espaços intermediários (Tabela 1).

Em termos de divisão regional, de caráter oficial, para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos, as mesorregiões e as microrregiões geográficas constituem o último modelo, estando em vigor até os dias de hoje (Mapa 7)

No que se refere à divisão macrorregional, continua prevalecendo a estrutura regional identificada em 1970, o que sugere uma urgência em sua revisão.

## Considerações finais

Esse estudo, que ora chega ao final, teve como objetivo fazer uma revisão dos diferentes modelos da divisão regional brasileira, procurando situá-los em relação à evolução do pensamento geográfico, desde o início do Século XX até o começo da década de 90. Como é inevitável, nesse tipo de revisão, deixou-se de abordar algumas questões importantes relativas ao assunto, bem como não foram analisados vários autores que elaboraram trabalhos sobre região/regionalização. Apesar dessas limitações, o estudo realizado procurou fornecer uma visão geral do assunto, o que permitiu elaborar um quadro final sobre os principais aspectos abordados, trazendo algumas conclusões sobre a questão da divisão regional brasileira (Anexo - Quadro-Resumo)

Em primeiro lugar, foi possível observar que a preocupação com o tema **região** sempre esteve presen-

te nos estudos geográficos. Passando por períodos importantes da história recente do País, foram várias as contribuições teórico-metodológicas, indo desde o determinismo ambiental até o materialismo histórico, para o processo de identificação e delimitação de recortes regionais, em diferentes escalas.

Apesar dessa variedade de enfoques, verificou-se um certo grau de permanência das divisões macrorregionais, que, desde 1913, passaram por poucas alterações em suas concepções. De fato, os recortes macrorregionais oficialmente adotados sempre foram em número de cinco grandes áreas, sendo que apenas algumas Unidades da Federação (MA, PI, BA, SE e SP) alternaram, ao longo do tempo, sua inclusão nos blocos regionais. A preferência por uma nomenclatura baseada na posição geográfica das áreas é outra característica das divisões regionais adotadas, tendo sido marcante a utilização de elementos do quadro físico na identificação e delimitação das mesmas, apesar da evolução teórica já referida.

Outra constatação sobre a divisão regional brasileira refere-se a seu sentido utilitário, já que as regiões vêm sendo oficialmente adotadas como base territorial para levantamento e divulgação de dados estatísticos

Em função desse fato, a delimitação das regiões segue os limites político-administrativos de suas unidades componentes, ou seja, dos estados e dos municípios. Alterações em uma dessas unidades podem ocasionar, portanto, modificação no traçado das regiões. No caso dos espaços maiores, as alterações processadas, ao longo do tempo, decorreram, principalmente, da criação de novos estados e da passagem de alguns territórios para a categoria de estados, sem modificação quanto aos limites

regionais. Como exceção a essa regra, deve-se mencionar a criação, em 1988, do Estado do Tocantins que, formado pela agregação de alguns municípios goianos, portanto da Região Centro-Oeste, passou a pertencer a outro bloco regional, no caso, a Região Norte

Em relação aos espaços menores - as micros e mesorregiões - observou-se que, contra-riamente ao que sucedeu com as Grandes Regiões, as diferentes concepções teóricas vêm alterando significativamente as divisões regionais, ocasionando tanto mudança no número de unidades identificadas, quanto na forma de se apreender o conteúdo interno das mesmas. Essa situação, entretanto, não é decorrente apenas da evolução do pensamento geográfico. A própria dinâmica político-econômica do País requer uma constante atualização da malha microrregional e, conseqüentemente, da mesorregional, uma vez que são freqüentes os processos de emancipação de distritos, passando a formar novos municípios, bem como alteram-se, com o tempo, as próprias características definidoras das áreas

Nesse quadro de grandes transformações na organização do espaço brasileiro, verifica-se que as últimas alterações na divisão regional institucionalizada datam de 1990. Seria esse modelo capaz ainda de expressar a realidade brasileira ao final do Século XX? As novas discussões teóricas vêm trazendo ao debate o papel do **lugar**, do **local** diante do **processo de globalização/mundialização** que envolve toda a sociedade, todos os países. Sob esse novo paradigma, seria possível ainda pensar o regional? Como se definiria uma região? Esse é um novo desafio, mas, igualmente, uma instigante tarefa, para aqueles que procuram entender, geograficamente, o espaço brasileiro.

Tabela 1 - Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões

Divisão Regional  Unidades da Federação	Mesorregião				Microrregião			
	Numero		Variação		Numero		Variação	
	Homogêneas	Geográficas	Numero	%	Homogêneas	Geográficas	Numero	%
<b>Brasil</b>	<b>92</b>	<b>137</b>	<b>45</b>	<b>49</b>	<b>370</b>	<b>558</b>	<b>188</b>	<b>51</b>
<b>Região Norte</b>								
Rondônia	2	2	-	-	4	8	4	100
Acre	1	2	1	100	2	5	3	150
Amazonas	2	4	2	100	7	13	6	85
Roraima	1	2	1	100	1	4	3	300
Pará	3	6	3	100	15	22	7	47
Amapá	1	2	1	100	2	4	2	100
Tocantins	1	2	1	100	5	8	3	60
<b>Região Nordeste</b>								
Maranhão	4	5	1	25	16	21	5	31
Piauí	3	4	1	33	11	15	4	36
Ceará	4	7	3	75	23	33	10	44
Rio Grande do Norte	3	4	1	33	10	19	9	90
Paraíba	3	4	1	33	12	13	11	92
Pernambuco	4	5	1	25	12	19	7	58
Alagoas	3	3	-	-	9	13	4	44
Seigipe	2	3	1	50	8	13	5	44
Bahia	5	7	2	40	26	32	6	23
<b>Região Sudeste</b>								
Minas Gerais	8	12	4	50	46	66	20	44
Espirito Santo	2	4	2	100	8	13	5	63
Rio de Janeiro	5	6	1	20	14	18	4	29
São Paulo	9	15	6	67	43	63	20	47
<b>Região Sul</b>								
Paraná	4	10	6	150	24	39	15	63
Santa Catarina	4	6	2	50	16	20	4	25
Rio Grande do Sul	6	7	1	17	24	36	12	50
<b>Região Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul	4	4	-	-	9	11	2	22
Mato Grosso	4	5	1	25	11	21	10	90
Goiás	4	5	1	25	16	18	2	13
Distrito Federal	1	1	-	-	1	1	-	-

Fontes: Censo Demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, v 1, t 4, n 1, 1983. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. V 1. Brasil.

Mapa 7

## DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL EM MACRORREGIÕES E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS 1989





## Bibliografia

- ATLAS nacional do Brasil Rio de Janeiro IBGE, 1966 122 p
- BECKER, Bertha K Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 34, n 4, p 101-116, out /dez. 1972
- BRASIL Decreto-lei n 311, de 2 de março de 1938 Dispõe sobre a divisão territorial do país e institui uma sistemática para a divisão dos estados em municípios e destes em distritos. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] Rio de Janeiro, 7 mar 1938
- BRASIL. Decreto-lei n 67 647, de 24 de novembro de 1970. Estabelece nova divisão regional do país para fins estatísticos. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] Brasília, D F., p 9987, col 1, nov 1970
- \_\_\_\_ Resolução n 595, de 17 de junho de 1966 Encarrega a Secretaria Geral de estabelecer as normas para uma nova divisão regional do Brasil *Boletim de Serviço [do] IBGE*, ano 14, n 732, p 5, 15 jul 1966
- CENSODEMOGRÁFICO 1980 Brasil Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade Rio de Janeiro IBGE, v 1, t 4, n 4, 1983
- CHRISTOFOLETTI, Antonio A teoria dos sistemas *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, n 2, p 43-60, 1971
- CORRÊA, Roberto Lobato *Região e organização espacial* São Paulo Ática, 1987
- COSTA, Rogério Haesbaert da *Latifúndio e identidade regional* Porto Alegre Mercado Aberto, 1988
- DESIGUALDADES regionais do desenvolvimento brasileiro Recife SUDENE, 1984 4 v v 1
- DINIZ, José Alexandre F Modelos e paradigmas na geografia *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, n 2, p 5-42, 1971
- DIVISÃO do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas Rio de Janeiro IBGE, 1990 v 1 Brasil
- DIVISÃO geral do Brasil *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 4, n 1, p 149-156, jan /mar 1942
- DIVISÃO regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 25, n 4, p 507-547, out /dez 1963
- DUARTE, Aluizio Capdeville Proporção metodológica para revisão da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 38, n 2, p 100-129, abr /jun 1976
- \_\_\_\_ Regionalização considerações metodológicas *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v 10, n 20, 1980
- \_\_\_\_ *Transformação na divisão territorial do Brasil, após 1940 e a produção do espaço geográfico* relatório de pesquisa 1984 Rio de Janeiro IBGE, 1984 82 p
- FAISSOL, Speridião Um modelo de análise regional para fins de planejamento econômico integração de sistemas de regiões formais e funcionais *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 35, n 1, p 71-85, jan /mar. 1973
- \_\_\_\_ Teorização e quantificação na geografia *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 34, n 1, p 145-164, jan /mar 1972
- GALVÃO, Marília Veloso, FAISSOL, Speridião Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 31, n 4, p 179-218, out /dez 1969
- GEBARA, A et al *História regional* uma discussão Campinas Ed UNICAMP, 1987 (Série seminários, 1)
- GEIGER, Pedro Pinchas Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 29, n 2, p 59-64, abr /jun. 1967
- \_\_\_\_ Organização regional do Brasil *Revista Geográfica* Rio de Janeiro, n. 61, p. 25-57, jul /dez 1964
- \_\_\_\_, DAVIDOVICH, Fany Rachel Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 36, n 3, p. 3-29, jul /set 1974.
- \_\_\_\_ Regionalização *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 31, n 1, p 5-25, jan /mar. 1969
- GUERRA, Antônio Teixeira. A região geográfica e sua importância para o poder nacional *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 26, n 3, p 459-463, jul /set 1964

- GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares Observações sobre o problema da divisão regional *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 25, n 3, p 289-311, jul /set. 1963
- \_\_\_\_ Divisão regional do Brasil *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 3, n 2, p 318-373, abr /jun 1941
- LIPIETZ, A *El capital e su espacio*. México Siglo Veinteuno, 1979
- OLIVEIRA, Francisco *Elegia para uma re(li)gião* Rio de Janeiro . Paz e Terra, 1977
- PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo* Rio de Janeiro IBGE, 1993 124 p (Documentos para disseminação Memória institucional, n 4)
- PEREIRA, Rubens de Mattos et al Estudos básicos para definição de pólos de desenvolvimento no Brasil *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 29, n. 1, p 82- 101, jan /mar 1967.
- SANTOS, Milton *Por uma geografia nova* 3 ed São Paulo HUCITEC, 1986
- URBANIZAÇÃO e regionalização relações com o desenvolvimento econômico Rio de Janeiro IBGE, 1975 247 p
- VALVERDE, Orlando Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 20, n 1, p 3-82, jan./mar 1958
- VIANNA, João Segadas Divisão territorial do Brasil *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v 2, n 3, p 372-406, jul 1940
- ZARUR, Jorge Análises regionais *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p 177-188, abr /jun 1946

## Resumo

No caso brasileiro, as primeiras tentativas de criação de modelos de recortes regionais datam do início do Século XX. Desde esse período, realizaram-se muitos estudos de cunho regional, tendo sido elaboradas várias propostas de identificação de regiões, em diferentes escalas espaciais. Considerando-se que o conceito de região não é imutável e que o território brasileiro vem passando por processos muito intensos de transformação, que precisam ser identificados em suas particularidades, parece oportuna uma revisão dos conceitos e do modelo de divisão até agora propostos para o País. Portanto, é objetivo desse trabalho analisar os diferentes recortes regionais elaborados para o espaço brasileiro, em diferentes épocas, procurando situá-los em relação à evolução do pensamento geográfico no País, bem como em relação às transformações da sociedade em sua dimensão espaço-temporal.

## Abstract

*In Brazil, first efforts to create regional areas occurred in the beginning of the 20th century. Since then, several studies with different methodologies and space scales have been proposed. By taking into account the fact that the concept of "region" is not fixed and that Brazilian territory has been through a process of intense transformation, it is important to consider a revision of the concepts and division models used up to now. This work aims to analyze different regional areas proposed to the Brazilian territory in different historical phases and in relation with the evolution of geographical thought prominent in the country, as well as the transformation of Brazilian society in space-time dimension.*

## Anexo - A Divisão Regional do Brasil - Quadro-Resumo

(continua)

Anos	Escala/Tipo	Composição	Referencial Teórico	Conceitos Principais	Metodologia	Observações Gerais
1913	Macrorregional Regiões Naturais)	1 Brasil setentrional ou amazônico (AC, AM e PA) 2 Brasil norte-oriental (MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL) 3 Brasil oriental (SE, BA e ES, RJ, DF e MG) 4 Brasil meridional (SP, PN, SC e RS) 5 Brasil central (GO e MT)	Escola Determinista Ambiental	Regiões naturais	- Baseada em elementos do quadro físico (relevo, clima e vegetação) - Unidades espaciais identificadas por superposição de elementos através da divisão	- Elaborada para fins didáticos por Delgado de Carvalho
1938	Macrorregional	1 Norte (AC, AM, PA, MA e PI) 2 Nordeste (CE, RN, PB, PE e AL) 3 Este (SE, BA e ES) 4 Sul (RJ, DF, SP, PN e RS) 5 Centro (MG, GO e MG)				- Divisão elaborada pelo Ministério da Agricultura e adotada pelo Conselho Nacional de Estatística para a elaboração do Anuário Estatístico Brasileiro de 1938
1942 Com revisão em 1943 e 1946	Macrorregional (Grandes Regiões)	1 Norte (AM e PA e Territórios do AC, AP, Rio Branco e Guaporé) 2 Nordeste - ocidental (MA e PE) oriental (CE, RN, PB, PE e AL e Territ de Fernando de Noronha) 3 Leste - setentrional (SE e BA) meridional (MG, ES, RS e DF) 4 Sul (SP, PN, SC e RS) 5 Centro-Oeste (MT e GO)	Escola Determinista Ambiental	- Região natural - Fator dominante - Nota característica da região - Grandes regiões	- Baseada em elementos do quadro físico - Utilização da posição geográfica para nomear as regiões - Abordagem empirista utilizando processo de divisão	- Elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE, sob a direção de Fábio de Macedo Soares, com fins práticos sobretudo estatísticos - Divisão utilizada na divulgação dos Censos Demográficos 1950 e 1960
1969 Oficiali- zada em 1970	Macrorregional (Grandes Regiões)  Microrregional (Microrregiões Homogêneas)	1 Norte (AC, AM e PA e Territórios de RO, RR e AP) 2 Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA e Territ de FN) 3 Sudeste (MG, ES, RJ, GB e SP) 4 Sul (PR, SC e RS) 5 Centro-Oeste (MT e GO)  361 unidades	- Teoria dos lugares centrais - Teoria dos pólos de desenvolvimento	- Espaços funcionais - Espaços polarizados - Regiões homogêneas, segundo formas de organização da produção	- Unidades espaciais identificadas por processo indutivo de classificação - agrupamento - Indicadores utilizados: Domínios ecológicos Distribuição espacial da população Atividades econômicas: Transporte/acessibilidade, atividades não polarizadoras	- As grandes regiões foram definidas pelo IBGE para fins didáticos, enquanto as microrregiões homogêneas foram concebidas para servirem de base para tabulação de dados e estratos de amostragem do sistema estatístico nacional - divisão utilizada nos Censos de 1970 e 1980

## Anexo - A Divisão Regional do Brasil - Quadro-Resumo

(conclusão)

Anos	Escala/Tipo	Composição	Referencial Teórico	Conceitos Principais	Metodologia	Observações Gerais
1972	Regiões Funcionais Urbanas	- 718 Centros urbanos 10 Centros metropolitanos 66 Centros regionais 172 Centros sub-regionais 470 Centros locais	- Teoria dos lugares centrais	- Polarização - Hierarquia de centros urbanos	- Contagem de relacionamentos ou vínculos entre centros urbanos, atividade de setores de atividade - Indicadores utilizados: Fluxos agrícolas Fluxos de bens e serviços Rede viária Locais de distribuição de bens e serviços	- Divisão elaborada pelo IBGE para fins administrativos - A divisão viria a ser revista e publicada em 1987, sob o título de regiões de influência das cidades
1972	Macrorregional (Core regions e Periferias)	1 Regiões periféricas dinâmicas <i>Core regions</i> (SP e RJ) Centro secundário (BH) Centro em elaboração (P Alegre) circundados por regiões dinâmicas 2 Regiões periféricas em lento crescimento, Região de influência do Rio de Janeiro e área pastoril que contornaria a periferia dinâmica 3 Regiões periféricas deprimidas - fachada litorânea, leste e nordeste do BR 4 Regiões de fronteira de recursos - áreas de avanço de frentes pioneiras ativas (amazônia)	- Teoria geral dos sistemas - Teoria centro-periferia	- <i>Core regions</i> - Periferias - Difusão de inovações	- Análise de estrutura espacial a partir das relações de autoridade-dependência exercidas a partir das grandes cidades - Preocupação com processos	- Divisão regional de caráter acadêmico para fins didáticos, realizada por Bertha K Becker, da UFRJ
1976	Mesorregional (Mesorregiões Homogêneas)	- 87 unidades espaciais	- Teoria geral dos sistemas	- Regiões homogêneas - Homogeneidade intragrupos	- Unidades espaciais definidas a partir de agregação de microrregiões - Indicadores utilizados: Setores básicos das atividades econômicas - Desenvolvimento urbano e rural - utilização de análise fatorial, de agrupamento e multidiscriminatória - Matriz lugar/atributo	- Divisão regional elaborada pelo IBGE, com o objetivo de dar maior flexibilidade na escolha de unidades observacionais - Divisão utilizada nas tabulações do Censo Demográfico 1980
1989, Publicada em 1990	Mesorregional (Mesorregiões Geográficas)  Microrregional (Microrregiões Geográficas)	- 137 unidades  -558 unidades	- Materialismo histórico	- Totalidade social - Modo de produção - Processo social - Regiões geográficas - Metropolização/ industrialização	- Unidades espaciais identificadas por processo dedutivo de divisão a partir das UF's - Indicadores utilizados: Processo social Quadro natural Rede de comunicação Rede de lugares Estrutura da produção	- Divisão regional elaborada pelo Departamento de Geografia do IBGE - Divisão utilizada nas tabulações do Censo Demográfico 1991